



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

Jornal Tribuna do Norte

Edição nº 9296 Pag. 44

Data 01 / 07 / 22

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 11/2022

SÚMULA: REFERENDA o Contrato de Repasse que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Apucarana, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Agropecuária Sustentável.

Faço saber que a Câmara Municipal de Apucarana, Estado do Paraná, após deliberação e aprovação plenária do projeto de decreto legislativo nº. 11/2022, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, e, de acordo com o artigo 35 da Lei Orgânica do Município de Apucarana, eu, presidente, promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica REFERENDADO o Contrato de Repasse que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Apucarana, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Agropecuária Sustentável, referente a adequação das estradas vicinais do Município, Programa Fomento ao Setor Agropecuário;

Art. 2º - O valor da contrapartida do Município será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e o valor do repasse da União será de R\$ 3.342.500,00 (três milhões, trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 3.377.500,00 (três milhões, trezentos e setenta e sete mil e quinhentos reais);

Art. 3º - A vigência contratual será até o dia 11 de maio de 2026, com a prestação de contas devendo ser feita até 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão de execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando o presente Decreto Legislativo em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 30 de junho de 2022.

Franciley Preto Godoi
PRESIDENTE

JCSS/AL.